

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica o Sr(a).JORGE ALEXANDRE DO CARMO COSTA, CPF xxx.842.197-xx comunicado do arquivamento promovido nos autos do PJe 0710941-79.2026.8.07.0003 . Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 28 de maio de 2026.
LUCIANA ASPER Y VALDES
Promotora de Justiça

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica o Sr(a).NELSON RODRIGUES PINTO NETO, CPF xxx.241.051-xx comunicado do arquivamento promovido nos autos do PJe 0712972-72.2026.8.07.0003 . Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 28 de maio de 2026.
LUCIANA ASPER Y VALDES
Promotora de Justiça

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, nos termos do artigo 28, caput, do Código de Processo Penal, com interpretação dada pelo STF ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, item 20, por restarem frustradas as tentativas de comunicações por telefone, aplicativos de mensagens e mensagem eletrônica, fica o Sr(a).RENATO ADRIANO BORGES DA SILVA, CPF xxx.489.841-xx comunicado do arquivamento promovido nos autos do PJe 0711262-17.2026.8.07.0003 . Em caso de discordância, poderá submeter a matéria à revisão da Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal do MPDFT, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Edital, conforme artigo 171, V, da Lei Complementar nº 75/1993.

Brasília, 28 de maio de 2026.
LUCAS SOARES BAUMFELD
Promotor de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 4º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 09/2021 CONTRATANTE: A União por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Tocantins e a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - CNPJ nº 05.340.639/0001-30. OBJETO: ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA - DO PREÇO o qual fica acrescentado 3,22%, que equivale a R\$ 5.694,19 (cinco mil e seiscientos e noventa e quatro reais e dezenove centavos) - VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 221.047,74 (duzentos e vinte e um mil e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos). MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP PR-GO nº 03/2021. ÓRGÃO GERENCIADOR: Procuradoria da República no Estado do Tocantins. VIGÊNCIA: 25/10/2026. SIGNATÁRIOS: Georgete Cardoso Pereira Maia, pela Contratante, Renata Nunes Ferreira, pela Contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

PGEA nº 20.02.0600.0000373/2021-59. Contratante: Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0037-13. Contratada: L&M Serviços - EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 25.175.320/0001-03. Espécie: Contrato nº 19/2021. Objeto: Rescisão Amigável do Contrato nº 19/2021 de serviço em diagnóstico de estruturas e elaboração de projetos de arquitetura e complementares Procuradoria do Trabalho no Município de Caruaru/PE, localizada na Rua Padre Antônio Tomaz, nº 100, Maurício de Nassau, Caruaru/PE, CEP 55012-630. Vigência: contada da data da assinatura. Assinam: o Sr. José Laizio Pinto Junior, pela Contratante, e o Sr. Luciano Pereira Ferreira, pela contratada. Data de Assinatura: 27/05/2026. José Laizio Pinto Júnior Vice-Procurador-Chefe

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO EM GOIÁS, por intermédio da PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 18ª REGIÃO - PRT 18ª REGIÃO e FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS, mantida pela FUNDAÇÃO SÃO MIGUEL ARCANJO. PGEA - Procedimento de Gestão Administrativa nº 20.02.1800.0000436/2026-34. Objeto: estabelecer vínculo entre a PRT 18ª REGIÃO e a FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS, visando proporcionar aos alunos de graduação e pós-graduação regularmente matriculados a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 05 anos. Data de Assinatura: 27/05/2026. Signatários: pela PRT 18ª REGIÃO, MILENA CRISTINA COSTA, Procuradora-Chefe; pela FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS, Pe. ANEVAIR JOSÉ DA SILVA, Diretor-Geral.

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

No extrato de termo de credenciamento referente ao processo 0.03.000.005876/2026-88, publicado no D.O.U. de 28/05/2026, Edição 99, Seção 3, Página 411, onde se lê: "Vigência: 27/05/2023 a 26/05/2031" leia-se: "Vigência: 27/05/2026 a 26/05/2031".

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 138/2026

Termo de Credenciamento nº 138/2026, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a ESCUTAR MAIS CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA LTDA, CNPJ: 26.099.306/0001-00, para prestação de Serviços Paramédicos. PGEA: 0.03.000.002729/2026-56. Vigência: 27/05/2026 a 26/05/2031. Assinatura: pela Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pela Credenciada MARIA DE FATIMA COELHO CARVALHO (Sócia).

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 195/2026

Termo de Credenciamento nº 195/2026, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e RICARDO FISIOTERAPIA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 19.216.677/0001-90. Objeto: prestação de Serviços Paramédicos. Processo: 0.03.000.004345/2026-78. Vigência: 60 (sessenta) meses, contados a partir de 26/05/2026, a saber, de 26/05/2026 a 25/05/2031. Assinatura: pelo Credenciante: SANDRA CRISTINA DE ARAUJO, Diretora Executiva Adjunta e HERBERT DUTRA DA SILVA, Diretor Administrativo; pelo Credenciado: RICARDO MAZZONI DE ALMEIDA, Representante Legal.

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 265/2026

Termo de Credenciamento nº 265/2026, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a ODONTOCLINICA MENDES LTDA, CNPJ: 01.237.413/0001-57, para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.006494/2026-71. Vigência: 28/05/2026 a 27/05/2031. Assinatura: pela Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pela Credenciada FLÁVIA TEREZA ATTA FIGUEIRA MENDES CALDAS (Sócia).

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL
SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 452/2026-TCU/SEPROC, DE 28 DE MAIO DE 2026

Processo TC 025.862/2021-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDÍGENA PATAKÓ DA COROA VERMELHA, CNPJ: 02.094.931/0001-21, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 2458/2026-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues, Sessão de 19/5/2026, proferido no processo TC 025.862/2021-9, por meio do qual o Tribunal rejeitou, por inexistência material, o item 9.2 do Acórdão 445/2025-TCU-Primeira Câmara, na forma a seguir especificada, mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão: Onde se lê: (...) "o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional." Leia-se: (...) "o recolhimento das referidas quantias à Fundação Nacional dos Povos Indígenas".

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Dúvidas sobre o processo, entrar em contato com a Central de Atendimento ao Cidadão: Portal TCU > Fale Conosco > Dúvidas Processuais (<https://portal.tcu.gov.br/duvidas-processuais>) ou 0800-644-2300, opção 2 - atendimento de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

EDITAL Nº 459/2026-TCU/SEPROC, DE 27 DE MAIO DE 2026
SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

TC 009.592/2022-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA LOG COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAS DE CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 05.504.594/0001-91, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 3798/2024-TCU-Segunda Câmara, prolatado na sessão de 25/6/2024, de relatoria do Ministro Augusto Nardes, revisto, de ofício, pelo Acórdão 5722/2025-TCU-Segunda Câmara, prolatado na sessão de 23/9/2025, de mesma relatoria, proferidos no processo TC 009.592/2022-9 por meio do qual o Tribunal de Contas da União julgou irregulares suas contas e a condenou a recolher aos cofres do Banco do Nordeste do Brasil S/A valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 27/5/2026: R\$ 2.315.494,78; em solidariedade com o(s) responsável(is) Alexandre de Moraes Hissa, CPF- 034.199.574-67, Cleudo Jose dos Santos Silva, CPF- 256.441.574-15, Di Lucca Impressos Ltda, CNPJ- 11.969.268/0001-52, Jeferson Pereira de Oliveira, CPF- 047.567.004-38, Jeferson Pereira de Oliveira - ME, CNPJ- 08.600.382/0001-04, Top Gráfica Impressos Ltda, CNPJ- 05.636.762/0001-00. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 390.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O pagamento da multa pode ser feito pelo PagTesouro (usando Pix ou cartão de crédito) ou por Guia de Recolhimento da União. Ambas as opções estão disponíveis no Portal TCU, clicando na aba "Carta de Serviços" e depois no link "Pagamento de dívida (PagTesouro/Emissão de GRU)" ou diretamente pelo endereço eletrônico <https://divida.apps.tcu.gov.br>.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Central de Atendimento ao Cidadão: Portal TCU > Fale Conosco > Dúvidas Processuais (<https://portal.tcu.gov.br/duvidas-processuais>) ou 0800-644-2300, opção 2 - atendimento de segunda a sexta-feira, das 10h às 18h.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

EDITAL Nº 444/2026-TCU/SEPROC, DE 27 DE MAIO DE 2026

Processo TC 014.385/2025-2 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO IVALDO CORREIA LEITE, CPF: 132.526.075-49, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, da Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 27/4/2026: R\$ 87.216,86.

O débito decorre da seguinte irregularidade: habilitação e concessão de benefício previdenciário, sem observância das normas administrativas e legais e sem a esperada comprovação da qualidade de segurado especial dos beneficiários. Normas

